

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0022024-56.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Prestação de Serviços**
 Requerente: **José Aparecido de Lima**
 Requerido: **Renato Donizete Marino**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****CONCLUSÃO**

Aos 21 de julho de 2015, faço estes autos
 conclusos ao MM. Juiz de Direito, o Exmo. Sr.

Dr. **MILTON COUTINHO GORDO.**

Eu,....., esc., digitei e subscrevi.

Processo nº 2263/12

PODER JUDICIÁRIO**1ª Vara Cível de São Carlos****Processo nº 2263/12****VISTOS.**

JOSÉ APARECIDO DE LIMA ajuizou a presente **ação de COBRANÇA** em face de **RENATO MARIO**, todos devidamente qualificados nos

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

autos.

Sustenta o requerente, em síntese que, em meados de setembro de 2012 foi contratado verbalmente pelo requerido para prestar serviços de pintura no seu imóvel (dele réu), sendo que o serviço totalizou R\$ 5.000,00. Todavia, só recebeu R\$ 200,00 pelos serviços prestados e diante de várias tentativas infrutíferas vem através da presente ação requerer o valor restante R\$ 4.800,00.

A inicial veio instruída com documentos às fls. 06/11.

Devidamente citado, o requerido apresentou contestação alegando, que: 1) não firmou contrato com o autor e sim com um empreiteiro de prenome SENA na presença de seus serventes pelo valor de R\$ 1.500,00 e que o serviço seria realizado em duas semanas, no máximo três a depender de condições climáticas; 2) que o contrato compreendia a pintura de todo o imóvel; 3) que realizou o pagamento de R\$ 1.000,00 no dia 10/08/2012 e no dia 01/09/2012 quitou o débito na quantia de R\$ 500; 4) que quando retornou de viagem (de lua de mel) pretendendo realizar sua mudança, deparou-se com um serviço totalmente incompleto e não mais localizou o autor; o empreiteiro se esquivou e foi então obrigado a contratar outro profissional para refazer e terminar o serviço. No mais, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação.

Reconvenção proposta às fls. 46/77 requerendo; 1) devolução dos valores pagos de R\$ 1.500,00 por serviço não realizado; 2) devolução dos valores pagos conforme demonstrado em nota fiscal; 3) devolução do valor gasto com material usado para refazer o serviço; 4) e condenação por danos morais.

Sobreveio réplica às fls. 79/80.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Pelo despacho de fls.83, as partes foram instadas à produção de provas. Ambas requereram oitiva de testemunhas.

Pelo despacho de fl. 101, a prova oral solicitada pelo autor foi declarada preclusa.

Encerrada a instrução, o requerido carrou memorial as fls. 112/118 e o requerente permaneceu inerte.

É o relatório.

DECIDO.

Passo a equacionar o pedido principal e aquele lançado na reconvenção, simultaneamente.

As duas súplicas são claramente improcedentes.

Vige no nosso direito o princípio processual do ônus da prova, segundo o qual "... é de lei que o ônus da prova incumbe a quem alega... Ao autor, pois, incumbe a prova, quanto ao fato constitutivo do seu direito; e ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor..." (Carlos Roberto Gonçalves, Resp. Civil, Ed. Saraiva, pág. 626 e ss.).

No caso dos autos o autor não se desincumbiu a contento da sua missão de provar o que alegou.

Veio aos autos exibindo apenas algumas fotos da residência em reforma.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Ademais, ao se defender, o réu admitiu que o autor pintou parte da casa, todavia, contratado pelo empreiteiro SENA, a quem, ele requerido, entregou a obra e inclusive pagou o montante orçado.

Mesmo assim, o serviço ficou incompleto e o pouco realizado, mal executado; teve que contratar outro profissional para a conclusão e refazimento.

Sobre essa última circunstância, temos nos autos os documentos de fls. 37/40.

Ao replicar o autor se limitou a desdizer o lançado na defesa, novamente sem qualquer prova.

Por fim, se o requerido admite que o serviço de pintura mal executado foi entregue aos cuidados do empreiteiro SENA, que, inclusive recebeu todo o valor combinado, deve articular contra ele as súplicas deduzidas na reconvenção e não contra o autor.

O lançado a fls. 23, “in fine” e início de fls. 24, permitem ao Juízo concluir nesse exato sentido.

Mais, creio é desnecessário acrescentar.

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTES TANTO O PEDIDO PRINCIPAL COMO** aquele contido na **RECONVENÇÃO**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ante a sucumbência recíproca, as custas e despesas do processo serão rateadas entre as partes e cada qual arcará com os honorários de seus respectivos advogados.

P. R. I.

São Carlos, aos 15 de setembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**